



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

RELATÓRIO

VOLUME III

MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

dezembro / 2014

© 2014 – Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

José Carlos Dias

José Paulo Cavalcanti Filho

Maria Rita Kehl

Paulo Sérgio Pinheiro

Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari

Rosa Maria Cardoso da Cunha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade

B823r

Brasil. Comissão Nacional da Verdade.

Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. –

Brasília: CNV, 2014.

1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3)

ISBN 978-85-85142-63-6 (Coleção digital)

ISBN 978-85-85142-66-7 (v. 3 digital)

1. Ditadura militar - Brasil. 2. Violação de Direitos Humanos. 3. Relatório final. I. Título.

CDD 323.81044



TITO DE ALENCAR LIMA

FILIAÇÃO: Laura de Alencar Lima e Ildefonso Rodrigues Lima

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 14/9/1945, Fortaleza (CE)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: frei da Igreja Católica

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA:

DATA E LOCAL DE MORTE: 10/8/1974, Convento

Sainte-Marie de La Tourette, França

BIOGRAFIA

Natural de Fortaleza (CE), Tito de Alencar Lima era o caçula de uma família de 11 irmãos. Estudou na Escola General Tibúrcio, no Grupo Escolar Clóvis Beviláqua e no Liceu do Ceará, antes de mudar-se para Recife, onde cursou o terceiro ano científico no Colégio Estadual de Pernambuco. Frequentou a Congregação Mariana do Cristo Rei, ainda em Fortaleza, onde os padres jesuítas contribuíram para a consolidação de sua formação religiosa. Engajado desde cedo, militou na Juventude Estudantil Católica (JEC), envolvida com movimentos de cultura e educação popular, além de ter sido vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Após o golpe de 1964, mudou-se para Belo Horizonte (MG), onde fez o noviciado na Ordem dos Frades Dominicanos. Ordenado em 1967, e já morando em São Paulo, cursou Filosofia na Universidade de São Paulo (USP).

Sua militância no movimento estudantil o levou à prisão, pela primeira vez, em 1968, quando foi acusado de alugar o sítio onde foi realizado o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP). Liberado, foi detido novamente em 1969, juntamente com outros jovens dominicanos, como Frei Betto, Frei Fernando, Frei Giorgio e Frei Ivo, todos acusados de colaboração com a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella. Após sua prisão, foi acusado por reportagem do jornal *O*

Globo de traição da sua fé: “Eles traíram sua fé passando para o comunismo, e depois traíram o comunismo entregando Marighella: são os novos Judas”. Permaneceu preso até 13 de janeiro de 1971, quando foi banido do país com outros 69 presos políticos, trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucker. Depois de alguns meses no Chile, passou pela Itália até chegar à França, onde viveria até o fim de seus dias. Passou uma temporada em Paris, vivendo no Convento Saint Jacques, quando retomou seus estudos na Universidade de Sorbonne. Nesse período, foi condenado, à revelia, pela 2ª Auditoria de São Paulo, a um ano e meio de reclusão, enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Apesar do acompanhamento psicológico constante, Frei Tito teve dificuldades de superar as sequelas psicológicas da tortura a que foi submetido no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e na Operação Bandeirante (Oban). Em junho de 1973, mudou-se para o convento dominicano de Sainte Marie de la Tourette, em Eveux, próximo a Lyon. Permaneceu na região até agosto de 1974, em busca de um ambiente tranquilo para a retomada de seus estudos e atividades religiosas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Foi reconhecido como vítima de perseguição política pela Comissão Especial sobre

Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 10 de agosto de 2004, 30 anos após a sua morte, Seu nome consta do *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, foram nomeadas ruas nas cidades de Recife (PE), Ribeirão Preto (SP) e Campinas (SP). Também em sua homenagem, foram nomeados uma Agência de Informação para a América Latina (Adital), um memorial no Museu do Ceará, onde uma sala se dedica a contar sua trajetória de luta pela liberdade e dignidade humanas, e o Centro Acadêmico de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). O Escritório de Direitos Humanos e a Assessoria Jurídica Popular da Assembleia Legislativa do Ceará também levam o nome de Frei Tito de Alencar. No filme *Batismo de Sangue* (2006), do diretor Helvécio Ratton, a trajetória de Frei Tito é contada em conjunto com a de outros religiosos perseguidos politicamente.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

As circunstâncias da morte de Tito de Alencar Lima se confundem com as próprias circunstâncias da restrição às liberdades de pensamento e associação política que marcaram o Brasil de 1964 a 1985. O caso de Frei Tito é exemplar de um esforço sistemático de eliminação física e, principalmente, subjetiva daqueles que eram considerados inimigos do país pelos militares.

Preso em 4 de novembro de 1969, em uma operação realizada pela polícia de São Paulo contra os religiosos dominicanos acusados de apoiarem Carlos Marighella, Tito foi levado para o DOPS-SP, onde permaneceria por aproximadamente 40 dias. Torturado pessoalmente pelo delegado Sérgio Fleury, foi enviado ao presídio Tiradentes na primeira quinzena de dezembro.

Em seguida, no dia 17 de fevereiro de 1970, foi levado para a sede da Oban, embrião dos Destacamentos de Operações de

Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), onde enfrentou o período mais duro de torturas sob comando do capitão Maurício Lopes Lima. Em carta-denúncia escrita de dentro da prisão, Tito expôs em detalhes as bárbaras torturas físicas a que foi submetido, desde espancamentos até choques, “telefones” e pau de arara. Mais que os seguidos dias de interrogatórios violentos, Tito denunciou o processo de desconstrução de sua subjetividade, evidenciado por meio da fala de seu principal torturador:

Quiseram-me deixar dependurado toda a noite no “pau de arara”. Mas o capitão Albernaz objetou: “Não é preciso, vamos ficar com ele aqui mais dias. Se não falar será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço de sua valentia.

Seus torturadores gritavam contra a Igreja Católica e acusavam-no de ter abandonado os ensinamentos do Evangelho. Diziam que a culpa de Tito era confirmada por sua resistência em entregar qualquer informação aos torturadores. Afirmavam que Tito seria expulso da Igreja por ser “terrorista”:

A certa altura o capitão Albernaz mandou que eu abrisse a boca “para receber a hóstia sagrada”. Introduziu um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder falar direito. Gritavam difamações contra a Igreja, berravam que os padres são homossexuais porque não se casam.

Em outro testemunho, Tito afirmou que, nesse momento, os seus torturadores estavam revestidos de ornamentos litúrgicos.

Após três dias seguidos de interrogatórios e torturas, Tito acordou na sexta-feira, dia 20 de fevereiro de 1970, atormentado pela perspectiva de que seus irmãos pudessem sofrer o mesmo destino que ele:

O preso ao lado pressentiu minha decisão e pediu que eu me acalmasse. Havia sofrido mais do que eu (teve os testículos esmagados) e não chegara ao desespero. Mas, no meu caso, tratava-se de impedir que outros viessem a ser torturados e de denunciar à opinião pública e à Igreja o que se passa nos cárceres brasileiros. Só com o sacrifício de minha vida isto seria possível, pensei. Como havia um Novo Testamento na cela, li a Paixão Segundo São Mateus. O Pai havia exigido o sacrifício do Filho como prova de amor aos homens. Desmaiei envolto em dor e febre.

Quando acordou, Tito valeu-se de uma lâmina de barbear para levar adiante o ato de coragem. Inconsciente, depois de muito sangue perdido, foi levado ao Hospital das Clínicas de São Paulo e, em seguida, ao Hospital Central do Exército. Lá, ouviu o desespero do capitão Maurício, que gritava com os médicos que Tito não poderia morrer de jeito nenhum. Ficou sob a guarda de seis soldados da Oban e, desde que acordou, enfrentou severa pressão psicológica de seus torturadores, que passaram a chamá-lo de “padre terrorista e suicida”. Teve a sensação de que os militares buscavam enlouquecê-lo, como uma estratégia para fugir da responsabilidade por sua eventual morte. No hospital, recebeu a visita do juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães, acompanhado de um padre e do bispo auxiliar de São Paulo, quando obteve a promessa de que haveria investigação para suas torturas e que não retornaria mais à Oban, conforme explicita o extrato do depoimento prestado no dia 31 de julho de 2014, por Nelson da Silva Machado Guimarães, à Comissão Nacional da Verdade (CNV):

CNV: Eu tenho a notícia [...] de que o senhor foi visitar Frei Tito quando ele estava em um hospital quando tentou suicídio no DOI-CODI pelas torturas sofridas. O senhor foi acompanhado por um representante da igreja [...] esse fato aconteceu?

Nelson Guimarães: Há algumas nuances não claras e que eu vou esclarecer. O Frei Tito já era preso da Justiça Militar e eu recebi um ofício do Comando do Exército solicitando que ele fosse apresentado no DOI-CODI. Naquela época as coisas não estavam muito claras, o que estava muito claro eram os atentados, as explosões, a guerra revolucionária, a fuga de Lamarca do Quarto RI com armamento pesado [...] Então eu recebi ofício do Comando do Exército pedindo que Frei Tito fosse apresentado, embora já fosse preso da Justiça, ao DOI-CODI para ser ouvido a respeito de uma outra investigação que estava em curso. Obviamente eu autorizei dentro das condições legais. [...] Penso que no mesmo dia em que ele foi levado eu sou surpreendido, [...] e me davam a notícia de que Frei Tito tinha sido levado do DOI ao Hospital Militar porque tinha atentado contra a vida. Aliás, esse moço já tinha tido esse precedente e acabou atentando contra a vida em Paris, para onde ele foi depois de solto e etc. Eu imediatamente me dirigi ao Hospital Militar, já era quase noite. [...] Lá entrando surpreendi o médico de plantão e disse: Há um preso meu aqui. Eu quero vê-lo!”. E o médico – era um jovem, um jovem oficial – me levou num lugar onde estava Frei Tito deitado, despido, com evidentes marcas do pau de arara nos pulsos e nos tornozelos. Causou um espanto enorme! Eu me dirigi ao médico: “O que houve?” [...] o rapaz nos falou que havia sido torturado e frei Domingos ficara mais a sós com ele. Aproximou-se mais. Ele queria, parece, que se confessar e eu me afastei um pouco com dom Lucas e com o médico e ficamos conversando. Eu me lembro que disse ao frei Lucas “Isso é um (sic) estupidez! Isso é um absurdo!”. E era mesmo. Disse que tomaria as providências que estivessem ao meu alcance e fiz a ele um apelo. Eu entendia, como continuo a entender, que de nada valia conflito de valores, fazer um escândalo a respeito daquilo e sugeri que o cardeal arcebispo de São Paulo, que na época era dom [...] Agnelo Rossi,

que se comunicasse diretamente com o presidente da República, que desse notícia daqueles fatos. No dia seguinte pela manhã procurei contato com o general Canavaro [José Canavaro Pereira] que era o comandante do Segundo Exército. Ele já tinha sido avisado de que eu tinha cometido uma ilegalidade porque tinha ido fazer perícia no Hospital Militar que contraria o Código da Justiça Militar que manda que eu me dirija primeiro à autoridade militar e marque o dia e a hora para organizar uma perícia.

No dia 27 de fevereiro de 1970, ainda foi levado, mais uma vez, à Oban. Na sequência, retornou ao presídio Tiradentes, quando Tito escreveu carta de denúncia. Permaneceu ali preso até ser trocado pelo embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucker, tendo rumado para o Chile e, posteriormente, Itália e França.

O frade dominicano Xavier Plassat, que conviveu com Tito na França, lembra as frequentes acusações de traição a que foram submetidos os religiosos que se engajaram na defesa dos direitos humanos e na resistência ao autoritarismo. De acordo com Plassat,

por ocasião do processo dos frades em outubro de 1970, o inquirido do ministério público os acusa de ser duplamente culpados: contra sua Igreja a quem eles desobedeceram passando para o comunismo, contra a lei brasileira, de Segurança Nacional, porque apoiam a ALN, órgão da subversão. Os frades desmentiram pertencer a esta organização e reconheceram apenas ter ajudado algumas pessoas a fugir da polícia “em nome do Evangelho e em nome dos direitos do homem, direitos esquecidos no Brasil ditatorial” (Fernando e Ivo). Tito é brutalmente submetido a uma tortura que imprime em seu corpo e coração estas acusações, esta dupla recusa dos compromissos fundamentais de sua existência: o Evangelho para o homem. Depois das dores, ele teme ter falado demais e entregado novas vítimas aos torturadores.

Durante toda sua vida na França, Tito teve assistência psiquiátrica, iniciada em Paris. Interrompeu o tratamento e, em junho de 1973, decidiu mudar-se para Lyon, em busca de um ambiente mais tranquilo. Fez planos para retomar sua vida, integrando-se às atividades da comunidade religiosa onde residia, mas teve dificuldades em fazê-lo. O golpe de Estado chileno, em setembro de 1973, desencadeia-lhe uma série de surtos, nos quais Tito ouvia a voz de Fleury com determinações de que não entrasse mais no convento, obedecidas em um primeiro momento. Internado no hospital psiquiátrico Grange Blanche, começou tratamento com os doutores Jean-Claude Rolland e Michel Gillet. Depois de três semanas, retornou ao convento, sem delírios, mas ainda muito angustiado e isolado. Na passagem de 1973 para 1974, durante o inverno, retorna duas vezes ao hospital, onde parecia encontrar conforto na figura de seus médicos. Sua irmã o visitou nesse período e, após um breve momento em que tentou manter a aparência de homem forte e culto, Tito se abriu com ela e expôs sua fragilidade momentânea. Novamente no convento, tentou integrar-se à vida comunitária, desempenhando pequenas tarefas. No entanto, sempre buscava as tarefas mais simples e se isolava dos seus irmãos, como se não fosse digno da convivência no mesmo patamar dos demais. Progressivamente, rompeu os laços com a ordem a qual pertencia, abandonando comportamentos místicos que antes prezava. Tentou uma nova inserção no mundo, em empregos que pouco duraram. Trabalhou numa colheita de cerejas e na adegas cooperativa de St Bel, como entregador.

Em agosto de 1974, não resistiu às rupturas espirituais e psiquiátricas que a tortura havia lhe causado. Segundo Plassat,

Expatriado, recusado em sua mais profunda solidariedade desde o dia em que foi torturado, ferido na carne, aniquilado diante de si mesmo no delírio que mantém, Tito porá fim ao sobressalto

que lhe inflingiram seus torturadores: “Melhor morrer que perder a vida”. Na última semana, Roland Ducret vem por duas vezes vê-lo; ninguém responde. Tito morreu entre o céu e a terra, seu corpo foi descoberto no sábado, dez de agosto de 1974. Com a ajuda de uma psiquiatria de choque, Tito teria podido continuar a viver, mas qual animal rechaçado. Dia 12 de agosto, numa prece revoltada acompanhamos um homem e um irmão, Tito, aquele que não se matou enquanto devia falar. Durante a Eucaristia presidida por Migel Pervis, Provincial do Brasil, em presença de muitos amigos brasileiros e franceses, irmãs e irmãos, reconhecemos com Isaias o servidor de Javé, e com os discípulos de Emaús, o Cristo vivo. Como dizer? Nós o conhecemos há mais de 20 séculos.

De acordo com seu psiquiatra, o suicídio de Tito não pode ser considerado comum, tratando-se de algo que suplanta um gesto de impotência:

mas nesta área aberta pela tortura, pela barbárie, pela violência cega que os homens praticam uns contra os outros, até contra si mesmos, nada nunca é dito definitivamente; talvez seja melhor dizer: nada nunca é dito, tão irrisório se parece o “dizer”, sempre atrasado em relação ao fato que enuncia, tão fútil a palavra face à violência do gesto assassino. Confrontados com o implacável sentimento de impotência ao qual nos expôs o suicídio de Tito – esse enforcamento cujo poderoso peso simbólico é manifestado no filme e que não teve lugar na bela floresta contígua ao convento, mas sim no ambiente sórdido de um álamo adjacente ao lixão de uma zona industrial deserta e miserável – frente a essa impotência, portanto, já que pela morte Tito havia-se furtado a nós exatamente como não conseguiu fazer frente aos seus algozes, me soa agora estranho que temos recorrido a esses discursos cuja impotência agora parece tão óbvia e, de pronto, nos constrange. Talvez nos tenha ajudado a enfrentar este desafio a ideia de que

a impotência do discurso não significa, ipso facto, um discurso da impotência, que se há um lugar onde o destino pode ser contrariado, onde o curso das coisas pode ser revertido, esse lugar é o da palavra. Pois quando a palavra é denegada, outras vias se abrem para a expressão da verdade e da dor. Nos cadernos de Tito, foi encontrada essa sentença destinada a denegar o segredo onde seus algozes o mantinham preso: “Então as pedras gritarão!” .

LOCAL DE MORTE

O último dia do frei Tito de Alencar Lima foi vivido no Convento Sainte-Marie de La Tourette, na França.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) NA MORTE

1.1 OBAN

Presidente da República: general do Exército Emílio Garrastazú Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do II Exército: general de Exército José Canavarro Pereira

Chefe do Estado Maior: general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Comandante executivo da Oban: major Waldir Coelho

1.2 DOPS/SP

Governador do estado de São Paulo: Roberto Costa de Abreu Sodré

Secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo: general de Divisão Olavo Vianna Moog

Diretor Geral de Polícia do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP): n/i

Primeiro Delegado Assistente do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP): n/i

2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Sérgio Fernando Paranhos Fleury.	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP).	Delegado.	Tortura.	Sede Deops/SP.	1. Carta de Frei Tito disponível no processo movido perante a CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0035_0005.
Capitão Benoni Arruda Albernaz.			Tortura.	Sede da Oban, rua Tutoia, São Paulo.	1. Carta de Frei Tito disponível no processo movido perante a CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0035_0005.
Maurício Lopes Lima.	Exército.	Capitão.	Tortura.	Sede da Oban, rua Tutoia, São Paulo.	1. Carta de Frei Tito disponível no processo movido perante a CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0035_0005.
Homero Cesar Machado.		Capitão.	Tortura.	Sede da Oban, rua Tutoia, São Paulo.	1. Carta de Frei Tito disponível no processo movido perante a CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0035_0005.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_2560_79.	Informe nº 2.085/31/AC/79. "Repressão Na Igreja No Brasil" – 28/9/1979.	Serviço Nacional de Informações (SNI)- Agência Central.	Contém cópia do documento Repressão na Igreja no Brasil (1968/1978), difundido pela Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados da Arquidiocese de São Paulo. Traz informações sobre o banimento e a morte de Frei Tito.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_ACE_5767_81.	Informação nº 363/ SNI/ASP/1970 "Frei Tito" – 29/6/1970.	SNI-Agência Regional São Paulo.	Contém informações de Frei Tito levantadas nos arquivos dos órgãos de inteligência e ainda uma cópia da carta enviada por Frei Tito ao Pastor Karl Gottschald, presidente da Confederação Evangélica do Brasil, em abril de 1970, relatando as torturas que sofreu, assim como seus torturadores.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0035_0005; BR_DFANBSB_AT0_0035_0006.	Processo de Reparação.	CEMDP.	Coleciona documentos oficiais e biográficos sobre Frei Tito.
Arquivo Nacional, DSI/ MRE: BR_DFANBSB_Z4_DPN_BRA_BEE_0007.	Informe 22, 1/3/71.	Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores.	Contém cópia do Diário Oficial de 13/1/1971, que traz uma lista de nomes de cidadãos banidos do país, dentre os quais consta Frei Tito. Assim como documentação e fotos dos banidos pelo sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucker.

2. TESTEMUNHOS À CNV E ÀS COMISSÕES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E SETORIAIS

IDENTIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA	FONTE	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Nelson da Silva Machado Guimarães.	Arquivo CNV, 00092.001698/2014-11.	Depoimento prestado à CNV, em 31/7/2014, no qual relata sua visita a Frei Tito de Alencar, quando o mesmo se encontrava no Hospital do Exército (SP), em decorrência de tentativa de suicídio provocada pela tortura física e psicológica a que foi submetido no DOPS e na Oban.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Tito de Alencar Lima morreu em decorrência de ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e a responsabilização dos demais agentes envolvidos.